

Termo de Notificação - TN

Processo:	PCSB/CSB/0039/2022
Nome da Fiscalização:	AF do SAA de Maranguape (Sede)
Relatório de fiscalização:	RF/CSB/0001/2023

1. Identificação do Órgão Fiscalizador

Nome:	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará.
Endereço:	Centro Adm Virgílio Távora- Av Gal Albuquerque Lima, Cambeba-CEP 60822-325, Fortaleza
Telefone:	(85) 3194-5605

2. Identificação do Notificado

Nome:	CAGECE
CNPJ:	07040108000157
Responsável:	Neurisângelo Cavalcante de Freitas
Qualificação:	Concessionária dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
Endereço:	Av. Dr. Lauro Vieira Chaves, 1030 - Vila União, Fortaleza-CE

3. Descrição dos Fatos Apurados

Determinação:	D6 (RF/CSB/001/2023)
Constatações:	<p>-Dentre as informações solicitadas pela ARCE à CAGECE, mediante o Ofício OF/CSB/0708/2022, datado de 03 de novembro de 2022, e dados adicionais requeridos adicionalmente por e-mail, em 16 de dezembro de 2022, não foram fornecidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> > O Relatório de Monitoramento de Continuidade da Sede de Maranguape não foi elaborado e encaminhado seguindo as diretrizes da Resolução ARCE nº 207/2016; > Documentos que comprovem todas as comunicações de ocorrências operacionais programadas e emergenciais aos usuários, nos últimos 12 meses, em conformidade com o artigo 123 da Resolução ARCE nº 130/2010; > Relação de usuários ativos não medidos (mais atual); > Relação de usuários ativos não medidos, com consumo maior que 20m³ (mais atual); > Quantidade de ligações ativas que são abastecidas direta ou indiretamente a partir da ETA Maranguape; > Quantidade de ligações ativas que são abastecidas direta ou indiretamente a partir da ETA localizada em Penedo (visitada durante a fiscalização no dia 13/12/2022); > Registros (atas, protocolos, etc) das comunicações entre Cagece e Cogeh, nos últimos 12 meses, em que houve interrupções no fornecimento de água bruta; > Requisições da Cagece à Cogeh acerca das limpezas do manancial localizado em Penedo (visitado durante a fiscalização no dia 13/12/2022); > Laudos de qualidade da água distribuída na saída do tratamento dos últimos 12 meses, em planilha Excel ou similar, para os seguintes componentes: PA-01, PA-02 e ETA localizada em Penedo (visitada durante a fiscalização no dia 13/12/2022).
Orientação:	A CAGECE deve fornecer informações à ARCE, na forma e nos prazos estabelecidos, documentos e quaisquer outras fontes de informações pertinentes às atividades de regulação da ARCE, visando corrigir a não

Constatações:	conformidade descrita na constatação C6.
Prazo (dias):	1
Fundamento Legal:	<p>Art. 22 do Código de Defesa do Consumidor - Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.</p> <p>Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste Código.</p> <p>-</p> <p>Art.154 da Res. nº 130/2010 da ARCE - O prestador de serviços é responsável pela prestação de serviços adequada a todos os usuários, satisfazendo as condições de regularidade, generalidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, modicidade das tarifas, cortesia na prestação do serviço, e informações para a defesa de interesses individuais e coletivos.</p> <p>§1º - Para os fins previstos no caput deste artigo, considera-se:</p> <p>I - regularidade - a prestação dos serviços em padrões satisfatórios de quantidade e qualidade e demais condições estabelecidas no termo de delegação e em outras normas técnicas pertinentes;</p> <p>II - continuidade - a manutenção, em caráter permanente e ininterrupto, da prestação dos serviços e de sua oferta a população;</p> <p>III - eficiência - a execução dos serviços de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos no termo de delegação e nas normas técnicas pertinentes;</p> <p>IV - segurança - a execução dos serviços sem causar prejuízos materiais ou pessoais a usuários e/ou terceiros, bem como a garantia de qualidade e continuidade do serviço prestado;</p> <p>V - atualidade - modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, sua conservação e manutenção, com incorporação de inovações tecnológicas que assegurem a melhoria e expansão dos serviços na medida da necessidade dos usuários e visando cumprir plenamente com os objetivos e metas estabelecidas;</p> <p>VI - generalidade - universalidade da prestação dos serviços, ou seja, serviços públicos de saneamento básico prestados a todos as categorias de usuários;</p> <p>VII - cortesia na prestação dos serviços - tratamento aos usuários com civilidade e urbanidade, assegurando o amplo acesso para a apresentação de reclamações e solicitação de esclarecimentos e serviços;</p> <p>VIII - modicidade - a justa correlação entre os encargos da delegação, a remuneração do prestador de serviços e a contraprestação pecuniária paga pelos usuários.</p> <p>§2º - Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a suspensão do abastecimento efetuada por motivo de manutenção e nos termos dos arts.78 e 79 desta Resolução.</p> <p>-</p> <p>Art. 2º da Res. nº 130/2010 da ARCE - Compete ao prestador de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos municípios sob sua responsabilidade, o planejamento, a execução das obras e instalações, a operação e manutenção dos serviços de captação, transporte, tratamento, reservação e distribuição de água, e o esgotamento, tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, a medição dos consumos, o faturamento, a cobrança e arrecadação de valores e monitoramento operacional de seus serviços, nos termos desta Resolução, observados os contratos de concessão e de programa de cada município.</p>
Infrações:	03.04 - Informações à ARCE - Não fornecer informações à ARCE, na forma e nos prazos estabelecidos, ou restringir de qualquer forma o acesso às instalações, documentos e quaisquer outras fontes de informações pertinentes às atividades

Constatações:

Fundamento Legal:

de regulação da ARCE.

4. Ações a serem empreendidas pelo Notificado

O notificado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento deste Termo de Notificação, para se manifestar sobre o assunto nele tratado, oferecendo as informações e os documentos que considerar necessários ou convenientes à fiscalização. A manifestação deverá ser dirigida ao Coordenador da CSB.

5. Representante do Órgão Fiscalizador

Nome:	Alceu de Castro Galvão Junior		
Cargo/Função:	Analista de Regulação	Matrícula:	047-1-5
Lotação:	Coordenadoria de Saneamento		

Fortaleza, 16/01/2023	Assinatura:
Recebido em: __/__/____	
Por _____	
Identificação	Assinatura _____